3.º — *Distrito do Congo*: Damba, S. Salvador do Congo, Zombo, Pombo, Bembe e Cuango.

4.º — *Distrito de Loanda*: Loanda, Dande, Ambriz, Dembos, Icolo e Bengo, Quissama.

5.º — *Distrito de Cuanza-Norte*: Ambaca, Cazengo e Cambambe.

6.º — *Distrito de Malange*: Malange, Duque de Bragança, Songo, Bondo e Bangala e Cambo.

7.º — *Distrito de Lunda*: Camaxilo, Saurimo, Cassai-Norte, Cassai-Sul, Minungo e Chitato.

8.º — *Distrito de Cuanza-Sul*: Pôrto Amboim, Quibala, Amboim, Novo Redondo, Libolo e Seles.

9.º — *Distrito de Benguela*: Benguela, Lobito e Ganda, com a área do pòsto administrativo de Chicuma, que é desintegrado da circunscrição de Caconda.

10.º — *Distrito de Huambo*: Huambo, Bailundo e Lepi.

11.º — *Distrito do Bié*: Bié, Andulo, Alto Cuanza, com o pòsto administrativo de Cuchi da circunscrição das Ganguelas, Menongue e Baixo Cubango.

12.º — *Distrito de Moxico*: Cuando, Luchazes, Moxico, Alto Zambeze, Dilolo e Bundas.

13.º — *Distrito da Huila*: Lubango, Chibia, Alto Cunene, Gambos, Baixo Cunene; Caconda sem o pòsto administrativo de Cuche.

14.º — *Distrito de Mossâmedes*: Pôrto Alexandre, Mossâmedes e Bubala.

Art. 4.º Os distritos são, em Angola, agrupados em cinco províncias com as seguintes denominações e sedes:

1.º — *Província de Loanda* — com sede em Loanda, formada pelos distritos de Loanda, Cuanza-Norte, Congo, Zaire e Cabinda;

2.º — *Província de Malange* — com sede em Malange e formada pelos distritos de Malange e Lunda;

3.º — *Província de Benguela* — com sede em Benguela, formada pelos distritos de Benguela, Cuanza-Sul e Huambo;

4.º — *Província do Bié* — com sede em Silva Pôrto, formada pelos distritos do Bié e Moxico;

5.º — *Província da Huila* — com sede em Sá da Bandeira, formada pelos distritos da Huila e Mossâmedes.

Art. 5.º Os governadores de província residirão obrigatoriamente, em cada ano, nas seguintes localidades:

a) O governador da província de Loanda durante dois meses em Dalatando e Maquela do Zombo, um mês em Santo António do Zaire e quinze dias em Cabinda;

b) O governador da província de Malange durante dois meses em Vila Henrique de Carvalho;

c) O governador da província de Benguela durante três meses em Nova Lisboa e durante um mês em Novo Redondo;

d) O governador da província do Bié durante dois meses em Vila Luso;

e) O governador da província da Huila durante quatro meses em Mossâmedes.

§ único. A residência obrigatória a que o presente artigo se refere não prejudica as deslocações e visitas que os governadores hajam de fazer no exercício normal das suas atribuições.

Art. 6.º São mantidas em Angola, sob a designação

de comissões locais e até à sua transformação em juntas locais, nos termos da reforma administrativa ultramarina, as juntas locais que actualmente se acham instaladas nas seguintes povoações de áreas concelhias: Lucala, Cacuso, Golungo Alto, Bela Vista, Vila Nova, Massano de Amorim, Cuma, Caala (Robert Williams), Cubal, Quinjenje, Camacupa (General Machado), Chinguar, Catabola (Nova Sintra), Vouga, Humpata, Huila e Baía dos Tigres.

§ 1.º As comissões locais a que o presente artigo se refere terão a composição prevista no artigo 516.º da reforma administrativa ultramarina, devendo a autoridade administrativa local, quando tiver residência permanente na localidade, servir-lhes de presidente.

§ 2.º A competência das comissões locais será a que para as juntas locais estabelece o artigo 518.º da reforma administrativa ultramarina.

§ 3.º As comissões locais exercem a sua competência apenas dentro das áreas das povoações em que funcionem.

§ 4.º Às comissões locais é aplicável o artigo 519.º da reforma administrativa ultramarina.

Art. 7.º O presente decreto entra em vigor no dia 1 de Julho de 1934. O governador geral de Angola tomará as providências precisas para que nessa data fiquem instaladas as novas províncias e intendências; desde então, nos termos do artigo 3.º do decreto-lei n.º 23:229, se aplicará inteiramente em Angola a reforma administrativa ultramarina.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Paços do Governo da República, 14 de Maio de 1934.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Armindo Rodrigues Monteiro.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração Geral do Pôrto de Lisboa

Por despacho de S. Ex.^a o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, de 1 de Maio de 1934, foi autorizado o reforço da verba do n.º 3) «Serviços de sindicâncias», do artigo 12.º «Diversos serviços», da classe «Pagamento de serviços», do orçamento da Administração Geral do Pôrto de Lisboa para o ano económico de 1933-1934, com a importância de 1.500\$, a sair da verba da alínea a) «Aluguer de material», do n.º 4) «Abono para pagamento de serviços não especificados», do mesmo artigo e classe, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929.

Esta autorização foi anotada pelo Tribunal de Contas em 8 de Maio de 1934.

Lisboa, 11 de Maio de 1934.— O Administrador Geral do pôrto de Lisboa, *Salvador de Sá Nogueira*.